COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 83, DE 2025

Altera a redação do parágrafo único do art. 3º da Lei nº 12.764, de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, para incluir o direito a material didático complementar que atenda a suas necessidades de aprendizagem.

Autor: Deputado GIOVANI CHERINI

Relator: Deputado WELITON PRADO

I - RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 83, de 2025, de autoria do Deputado Giovani Cherini. O projeto altera a Lei nº 12.741, de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, para incluir o direito a material didático complementar que atenda a suas necessidades de aprendizagem.

Na justificação, o autor do projeto argumenta que a oferta de material didático apropriado é indispensável para efetivar o direito à educação, em todos os seus níveis, para pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

O projeto não possui apensos.

O projeto foi distribuído às Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Educação; Finanças e Tributação (art. 54 RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).



Presidente da 1ª Comissão Especial de Combate ao Câncer Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.

2025-4308

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 83, de 2025, de autoria do Senhor Deputado Giovani Cherini, propõe uma alteração na Lei nº 12.764, de 2012, que estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

De acordo com campo temático e área de atuação previstas no art. 32, inciso XXIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), cabe a esta comissão apreciar o mérito da matéria, do ponto de vista da proteção dos direitos das pessoas com deficiência.

O projeto de lei em tela da nova redação ao artigo 3º da Lei nº 12.764/2012, desdobrando-o em dois incisos.

Trata-se de dispositivo que versa sobre a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular. Na redação vigente, já se prevê o direito a acompanhante especializado, em caso de comprovada necessidade. A nova redação proposta preserva esse direito. Ao mesmo tempo, ela adiciona o direito à oferta de "material didático complementar que atenda a suas necessidades de aprendizagem".

O projeto é meritório e oportuno.

Com efeito, a importância da educação inclusiva é inestimável. Concorrentemente, as particularidades do aprendizado de indivíduos com transtorno do espectro autista exigem materiais didáticos adequados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal WELITON PRADO

Presidente da 1ª Comissão Especial de Combate ao Câncer Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência

Assim, a proposta busca não apenas garantir a presença do acompanhante, mas também assegurar que o material didático utilizado seja apropriado para atender às especificidades de aprendizagem desses alunos. E esse é um passo fundamental para efetivar a educação inclusiva.

Ante o exposto, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 83/2025.

Sala da Comissão, em julho de 2025.

Deputado WELITON PRADO Relator

2025-4308



